



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

Processo nº 18126/2007 A

Apenso: Processo PMDF nº 054-000.282/2000

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Assunto: Pensão militar

Ementa: Pensão militar a favor de **Michelle Ribeiro de Menezes, Marie Hellen Ribeiro de Menezes, Gabriel Alexandre Ribeiro de Menezes e Sayonara Ribeiro de Menezes**, filhos menores do extinto Soldado PM **Roldinei Silva Menezes**. Ato publicado em 16/05/2003, retificado por ato publicado em 20/04/2007.

Pensão decorrente de *morte ficta*, por ter sido o instituidor excluído da Corporação, a bem da disciplina, a partir de 28/12/1999. Benefício suspenso, nos termos da Portaria DIP de 05/03/2004 (DODF de 10/03/2004), conforme esclarece o documento de fls. 113/115 do processo apenso. Pagamento restabelecido por força de decisão judicial (fls. 62/67 do citado apenso), transitado em julgado, proferida pela 5ª Vara da Fazenda Pública do DF no Mandado de Segurança nº 2004.01.1.034555-3, impetrado pelos pensionistas, entre outros (fl. 6).

4ª ICE (instrução de fls. 12/17) sugerindo por que se considere regular a concessão em exame e determine à PMDF a correção do valor do benefício, calculado com base no soldo integral de Soldado PM, para 12/30 avos desse soldo, em face do tempo de serviço do ex-militar (12 anos, 04 meses e 02 dias), providenciando-se o ressarcimento dos valores pagos a maior, a partir de março de 2007, nos termos do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF.

Ministério Público (Parecer nº 804/2009-IMF – fls. 18/20), de acordo com as sugestões apresentadas pela 4ª ICE.

Voto (fls. 22/27): **acolhimento das referidas sugestões.**

Matéria submetida ao Plenário na sessão de 06/08/2009. Apreciação adiada, em razão de pedido de vista formulado pelo Conselheiro Jorge Caetano (Decisão nº 4722/2009 – fl. 28).

Voto de vista apresentado (fls. 29/31), no sentido de que se considere legal, para fins de registro, o ato concessório de fls. 43, retificado à fl. 118 do processo apenso, e que a Portaria DIP nº 220/2005, que restabeleceu o pagamento do benefício, guarda conformidade com a decisão judicial no MS nº 2004.01.1.034555-3, já transitada em julgado.

De acordo com o voto do Conselheiro Revisor.

Parecer do MPJTCD: Procurador Inácio Magalhães Filho.

Data da inserção em pauta: 09/09/2009



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

Este processo foi por mim submetido ao Plenário na sessão do dia 06 do mês p. p., com Relatório/Voto assim redigido:

“Tratam estes autos da pensão concedida a **Michelle Ribeiro de Menezes, Marie Hellen Ribeiro de Menezes, Gabriel Alexandre Ribeiro de Menezes e Sayonara Ribeiro de Menezes**, filhos menores do extinto Soldado PM **Roldinei Silva Menezes**, a contar de 1ª/01/2000, conforme ato publicado em 16/05/2003, retificado por ato publicado em 20/04/2007 (fls. 43 e 118 do Processo nº 054-000282/2000, apenso).

2. O benefício pensional de que se trata, decorrente de *morte ficta*, por ter sido o instituidor excluído da Corporação, a bem da disciplina, a partir de 28/12/1999, tem por fundamento os arts. 7º, inciso II, 9º, § 1º, e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/1960 (o último regulamentado pelo artigo 5º, § 1º, do Decreto nº 49.096/1960), 71, alínea “b”, da Lei nº 6.023/1974, 141 da Lei nº 7.289/1984, e Portaria Interministerial nº 2.826/1994, combinados com os arts. 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal.

3. A 4ª ICE, na instrução de fls. 12/17, ao analisar a matéria, registra, em síntese, que:

- o exame da concessão foi realizado na forma da Decisão nº 77/2007-Adm., que autoriza a simplificação dos procedimentos relativos à análise das concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- a pensão instituída por militar excluído/demitido da Corporação até 30/09/2001, a bem da disciplina (*morte ficta*), foi referendada pelo TCDF mediante a Decisão nº 5465/2001¹-JC (Processo nº 389/2001);

¹ **Decisão nº 5465/2001:**

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - conhecer da consulta, por se encontrar revestida dos requisitos legais e regulamentares à sua admissão, consoante o disposto no artigo 194 da Resolução nº 38/90-TCDF; II - responder à Polícia Militar do Distrito Federal: a) as disposições do art. 20 da lei nº 3.765/60, estabelecendo o direito de beneficiários do militar demitido ou expulso (excluído) disciplinarmente à pensão correspondente, situação em que este é reputado falecido (*morte ficta*), não se submetem aos preceitos estatuídos no art. 2º dessa mesma norma, revogado pela Medida Provisória nº 2.188-7, de 28/06/01, tendo cada qual a sua esfera de ação especial, referindo-se a hipóteses distintas; b) o teor do “caput” do art. 20 da Lei nº 3.765/60 aplica-se exclusivamente aos casos de demissão “ex officio” do oficial da ativa, da reserva ou reformado, precedida da perda do posto e da patente e conseqüentemente da condição de militar, em decorrência de ter sido declarado, de acordo com as prescrições da legislação respectiva, indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

- consequentemente, este Tribunal tem considerado legais os atos de concessão de pensões militares dessa espécie, desde que anteriores a 1º/10/2001, data inicial dos efeitos da Medida Provisória nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002 (Processos nºs 5550/1994, 5551/1994, 6493/1994, (Decisões nºs 1700/2004, 4903/2003, 2212/2004, respectivamente), entre outros;
- o militar, que era solteiro (fls. 41/42 do apenso), efetuava pagamento de pensão alimentícia às suas filhas MICHELLE RIBEIRO DE MENEZES, MARIE HELLEN RIBEIRO DE MENEZES e SAYONARA RIBEIRO DE MENEZES (fls. 27/28 do apenso);
- a concessão do benefício em exame foi precedida das informações e documentos exigidos pela legislação vigente, a saber:
 - declaração da PMDF de que o ex-militar efetuou o recolhimento de mais de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais relativas à pensão militar de Soldado PM;
 - requerimentos da pensão militar formulados pelos beneficiários, representados por sua genitora, tutora nata, Sra. Edith Ribeiro Silva Costa, identificada à fl. 6 do apenso;
 - declarações que não percebem vencimentos, proventos ou pensões dos cofres públicos e de cópias de certidões de nascimentos e documentos de identificação/CIC;
- seguindo orientações da Procuradoria Geral do Distrito Federal, constantes do Ofício nº 105/2004-GAB/PRG, de 17/02/2004, a PMDF providenciou a anulação desta concessão e de outras da mesma espécie, suspendendo os

de tribunal especial, em tempo de guerra, tudo consubstanciado nos arts. 106 "usque" 108 da Lei nº 7.289, de 18/12/84 (Estatuto dos Policiais-Militares da PMDF), em consonância com o renunciado nos arts. 125, § 4º, parte final, e 142, § 3º, inciso VI, da CF/88; c) o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765/60 restringe-se aos casos em que o Aspirante-a-Oficial ou a praça com estabilidade assegurada é excluída a bem da disciplina, antecedida da perda de seu grau hierárquico e assim de sua qualidade de militar, observadas as prescrições da legislação respectiva, condicionada ao prévio julgamento pelo tribunal competente, nos termos dos arts. 112 usque 114 da Lei nº 7.289/84 e em conformidade com o previsto no art. 125, § 4º, parte final, da Constituição Federal; III) encaminhar cópia desta decisão à autoridade consultante e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, uma vez que este jurisdicionado segue a mesma legislação de regência no tocante à concessão de pensões militares, recomendando atenção para as peculiaridades de suas normas; IV - autorizar o arquivamento do processo. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o Relatório/Voto do Relator (Anexo I).”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

respectivos pagamentos, nos termos da Portaria DIP de 05/03/2004 (DODF de 10/03/2004), conforme notícia o documento de fls. 113/115 do apenso;

- posteriormente, o pagamento foi restabelecido por força de decisão judicial (fls. 62/67 do citado apenso), proferida pela 5ª Vara da Fazenda Pública do DF no Mandado de Segurança nº 2004.01.1.034555-3, impetrado pelos pensionistas, entre outros (fls. 6), conforme esclarece o documento de fls. 68/69 do apenso;
- a decisão favorável aos pensionistas foi mantida até o deslinde final do citado processo, que transitou em julgado em 09/08/2006 (fls. 01/05), já que o recurso (apelação cível) interposto pelo Distrito Federal foi negado, segundo o acórdão de fls. 07/08, estando os autos arquivados desde 14/03/2007 (fl. 09);
- o valor do benefício vem sendo pago pelo valor integral do soldo de Soldado PM, quando deveria corresponder a 12/30 avos desse soldo, em face do tempo de serviço do ex-militar (12 anos, 4 meses e 2 dias), consoante entendimento deste Tribunal, no sentido de que o benefício deve ser apurado com base no tempo de serviço do instituidor (Decisões nºs 7329/2008 e 7762/2008), entendimento este observado no ato retificatório e no título de pensão de fls. 118 e 119 do apenso, respectivamente, os quais alteram o ato concessório originário e os consequentes títulos de pensão (fls. 43 e 44/51 do apenso);
- convém que os valores pagos a maior aos pensionistas, a partir de março de 2007, mês da edição do ato retificatório de fls. 118 do apenso, sejam ressarcidos ao erário, nos termos do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência deste Tribunal, pois entende-se ter ocorrido erro crasso de procedimento por parte da Corporação.

4. Ante o exposto, a referida unidade técnica sugere:

- I) considerar **regular** a concessão em exame, por guardar conformidade com a decisão judicial de que decorreu, transitada em julgado em 09.08.2006, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão de fl. 119 do Processo nº 054.000.282/2000 será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007;*
- II) determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria:*
 - a) corrigir no sistema de pagamento da Corporação (SIAPE) a base de cálculo dos proventos da presente*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

pensão militar para 12/30 avos de soldo de Soldado PM, posto ser o tempo de serviço do instituidor de 12 anos, 04 meses e 02 dias, consoante entendimento da Colenda Corte, proferido pelas Decisões nºs 7.329/2008 e 7.762/2008, exaradas nos Processos nºs 6.525/2007 e 7.750/2008, respectivamente;

b) promover, nos termos do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, o ressarcimento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas, a partir de março de 2007 (mês de edição do ato de fl. 118 do Processo nº 054.000.282/2000), acostando aos autos a comprovação desse fato, haja vista que a presente concessão, em que pese a alteração implementada pelas peças de fls. 118/119 do Processo nº 054.000.282/2000, continua sendo paga com base no soldo integral de Soldado PM, em vez de 12/30 avos de soldo de Soldado PM; e

III) autorizar o arquivamento do presente feito e a devolução dos autos apensos à origem.”.

5. O Ministério Público, no parecer de fls. 18/20, manifesta-se de acordo com as sugestões apresentadas pela 4ª ICE.

6. É o relatório.

VOTO

7. O ato concessório da presente concessão data de 10/03/2000, antes, portanto, da edição da Medida Provisória nº 2.218, de 05/09/2001 (DOU da mesma data), convertida na Lei nº 10.486/2002.

8. Conforme noticiam os autos, a concessão e o pagamento do benefício foram suspensos pela Polícia Militar, seguindo orientação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, fato que motivou os interessados a ingressarem com Mandado de Segurança no TJDF, pleiteando a continuidade do pagamento da pensão (Processo judicial nº 2004.01.1.034555-3), tendo-se obtido êxito, conforme sentença da 5ª Vara da Fazenda Pública do DF concedendo a segurança (fls. 61/67 do apenso), com trânsito em julgado desde 09/08/2006 (fls. 01/05).

9. Em casos que tais, esta Corte tem considerado regular a concessão que, anulada ou suspensa por ato administrativo, foi posteriormente restabelecida por decisão judicial, desde que guarde conformidade com essa sentença, já transitada em julgado.

Desse modo, coerente com as conclusões da Quarta Inspeção de Controle Externo e do Ministério Público, **voto** por que o Tribunal:

I - considere regular a concessão de que se trata, por guardar conformidade com a decisão judicial que a manteve, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

trânsito em julgado ocorrido em 09/08/2006, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão de fl. 119 do Processo nº 054-000282/2000 será verificada na forma autorizada pela Decisão nº 77/2007-Adm. (Processo nº 24.185/2007);

II - determine à Polícia Militar do Distrito Federal que adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria:

a) consoante entendimento do TCDF (Decisões nºs 7329/2008 e 7762/2008, exaradas nos Processos nºs 6525/2007 e 7750/2008, respectivamente), corrigir, no sistema de pagamento da Corporação (SIAPE), o valor do benefício pensional, considerando, como base de cálculo, 12/30 (doze trinta avos) do soldo de Soldado PM, visto que o tempo de serviço do instituidor soma 12 anos, 04 meses e 02 dias;

b) observar, com referência aos valores indevidamente pagos aos pensionistas, a partir de março de 2007 (mês da edição do ato de fl. 118 e do título de pensão de fl. 119 do Processo nº 054-000282/2000, os termos da Decisão TCDF nº 6806/2007 e do Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF, visto que, em que pese a alteração implementada pelos referidos documentos de fls. 118/119, a pensão continua sendo paga com base no soldo integral de soldado PM, em vez de 12/30 avos desse soldo;

III - autorize o arquivamento do presente processo e a devolução do apenso à origem.”.

2. A apreciação da matéria, porém, foi adiada, em razão de pedido de vista formulado pelo Conselheiro Jorge Caetano.

3. Retornam os autos com o voto de vista acostado às fls. 29/31, nos seguintes termos:

“VOTO DE VISTA

Solicitei vista deste processo na Sessão Ordinária nº 4276, de 06.08.09, visando melhor inteirar-me da matéria tratada nos autos.

Trata-se da pensão militar concedida, de acordo com a Lei nº 3.765/60, aos filhos menores do Soldado PM ROLDINEI SILVA MENEZES, excluído da Corporação, a bem da disciplina, em 28.12.99. O ato concessório inicial data de 10.03.2000 e foi retificado em 09.03.2007.

O órgão instrutivo informa que o pagamento do benefício foi unilateralmente suspenso pela Polícia Militar, por meio da Portaria DIP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

de 05.03.2004 e restabelecido pela Portaria DIP nº 220, de 05.10.2005, em face de decisão judicial no MS nº 2004.01.1.034555-3, impetrado pelos pensionistas, já transitada em julgado.

Aos tribunais de contas foi constitucionalmente atribuída a competência para apreciar a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, para fins de registro.

Manifestei, em outras oportunidades, que, ante o princípio da independência das instâncias, o Tribunal, ao apreciar os processos da espécie, obrigatoriamente submetidos ao seu exame, deve pronunciar-se quanto a legalidade dos respectivos atos, tendo em consideração apenas a legislação aplicável e a jurisprudência da Corte.

Diante de decisão judicial que altere os termos do que foi concedido, deve o jurisdicionado dar-lhe cumprimento, disso dando conhecimento ao Tribunal, que verificará se as providências adotadas guardam conformidade com o respectivo decisum, conforme apregoa o Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal.

No caso, penso que o Tribunal deve apreciar a legalidade do ato concessório inicial, no cumprimento de sua missão constitucional, até porque a decisão judicial sequer existia quando foi emitido o ato concessório, verificando, apenas em relação ao restabelecimento do pagamento da pensão, se a providência guarda conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa.

Outra questão emerge dos autos. A pensão militar decorrente de exclusão, a bem da disciplina, deve ser calculada proporcionalmente à remuneração do militar?

A instrução aponta dois precedentes desta Corte: Processos nºs 6.525/2007 e 7.750/2007, Decisões nºs 7.329/2008 e 7.762/2008, respectivamente.

Em primeiro lugar pareceu-me estranho que se queira dar nova interpretação a dispositivo legal que vigorou por mais de 40 anos, sem qualquer contestação. Além disso, esse tipo de concessão, por morte ficta, não é mais admitida por este Tribunal, após o advento da Lei nº 10.486/2002, nos termos da Decisão nº 3.046/2007, prolatada no Processo nº 7.879/2006.

Preliminarmente, registro que na Sessão Ordinária de 02.12.2008, no Processo nº 7.750/2007, votei favoravelmente ao cálculo proporcional para esse tipo de benefício, acompanhando o voto da ilustre Relatora. Vale, porém, notar que a Decisão nº 7.762/2008 não foi explícita, quanto a esse ponto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

Já em relação ao Processo nº 6.525/2007, Decisão nº 7.329/2008, estive ausente na Sessão Ordinária de 13.11.2008, mas verifiquei que o processo foi apreciado mediante demonstrativo, sendo que nem a decisão, nem o voto da ilustre Relatora explicitaram a questão acima mencionada.

Apesar do meu voto favorável no Processo nº 7.750/2007, estou, nesta oportunidade, revendo meu posicionamento.

A regra geral nas concessões de pensão é que elas terão por base a remuneração ou provento do instituidor. Não existe a figura da pensão proporcional.

Há que se considerar apenas que, se o provento do instituidor for proporcional, a pensão corresponderá a esse provento.

Nos casos de militares excluídos das Corporações, não há que falar em provento proporcional, pois os mesmos achavam-se em atividade, percebendo remuneração integral.

*Verifiquei que o principal argumento em defesa da tese da atribuição de pensão calculada proporcionalmente ao tempo de serviço, nos casos de militares excluídos a bem da disciplina, reside na aplicação do princípio da **analogia**. Afirma-se que, se nos casos de reforma por transgressão disciplinar, os proventos serão proporcionais, a pensão da espécie também deve ser proporcional ao tempo de serviço.*

Em se tratando de transgressões disciplinares, parece-me adequado estabelecer-se uma outra analogia, essa oriunda do direito penal, no sentido de que nenhuma pena poderá passar da pessoa do réu.

Ora, a pensão militar, diferentemente dos proventos de reforma, é atribuída aos dependentes do militar, que não cometeram qualquer ato de indisciplina, e a redução de seu valor monetário constituiria penalidade cujo alcance estaria indo além da pessoa do réu.

A pensão baseia-se na regra constitucional de proteção à família. Se o ex-militar será beneficiado indiretamente com a pensão, em virtude de laços familiares que ainda mantenha, não cabe a este Tribunal cogitar a respeito.

Assim, com as vênias de estilo, VOTO no sentido de que o Plenário:

I - considere:

- a) legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar aos filhos do Soldado PM ROLDINEI SILVA MENEZES, visto à fl. 43 e retificado à fl. 118 do Processo nº 054.000.282/00, apenso;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

b) que a Portaria DIP nº 220, de 05.10.2005, que restabeleceu o pagamento do benefício, guarda conformidade com a decisão judicial no MS nº 2004.01.1.034555-3, impetrado pelos pensionistas, já transitada em julgado;

II - autorize:

- a) a devolução dos autos apensos à origem;*
- b) o arquivamento deste processo.”.*

II

4. Reexaminando a matéria, à vista das oportunas considerações feitas pelo Conselheiro Jorge Caetano, verifico que, *in casu*, a legalidade da concessão pode ser apreciada, em face da inexistência de qualquer contradição entre o exercício da competência desta Corte e a mencionada decisão judicial, ato este que se limitou a assegurar aos pensionistas o direito à continuidade do pagamento da pensão militar (fls. 61/67 do processo apenso), suspenso por ato da Polícia Militar do Distrito Federal, por determinação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que entendia indevidas as pensões que tais (fls. 113/114, alíneas “d” a “f”, do citado apenso).

5. Conforme esclarece o Conselheiro Revisor, o ato concessório da pensão é anterior à citada decisão judicial e sequer havia sido apreciado por este Tribunal, seja quanto à legalidade da concessão, seja quanto à regularidade das parcelas financeiras da pensão.

6. Segundo a instrução, o fundamento legal da presente concessão e os documentos que integram os autos estão corretos.

7. Portanto, nada impede que o Tribunal decida pela legalidade da concessão em exame, para fins de registro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

8. Com referência ao valor da pensão, o Voto de Vista registra que as mencionadas Decisões nºs 7329/2008²-MV e 7762/2008³, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs 6525/2007 e 7750/2007 e citadas pela Inspetoria como precedentes, não explicitaram o entendimento do Tribunal no sentido de que o benefício desse tipo deveria ser calculado proporcionalmente à remuneração do militar.

9. Alega o Revisor que a *“regra geral nas concessões de pensão é que elas terão por base a remuneração ou provento do instituidor”*, não existindo a figura da pensão proporcional. Assim, há *“que se considerar apenas que, se o provento do instituidor for proporcional, a pensão corresponderá a esse provento”* e *“nos casos de militares excluídos das Corporações, não que falar em provento proporcional, pois os mesmos achavam-se em atividade, percebendo remuneração integral”*.

10. Com efeito, as normas legais vigentes na data do ato concessório - § 7º do art. 40, combinado com o § 2º do art. 42, ambos da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, e art. 215 da Lei nº 8.112/90 – estabelecem, *verbis*:

Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98:

“Art. 40

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

² **Decisão nº 7329/2008:** O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, determinou a baixa do processo apenso em diligência preliminar, para que a Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I – retifique os atos de fls. 27/28 e 42/43, para incluir na fundamentação legal os arts. 7º, inciso II, 9º, § 1º, e 20, parágrafo único, da Lei nº 3.765/60, 71, alínea “b”, da Lei nº 6.023/74, e 141 da Lei nº 7.289/84, além da Portaria Interministerial nº 2.826/94, c/c os arts. 40, §§ 7º e 8º, e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, atentando para o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; II - elabore novos títulos de pensão, em substituição aos de fls. 29/32 e 77/82, respeitando a data de vigência tanto da concessão inicial quanto da revisão da pensão, e atentando, ainda, para o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; III – junte aos autos a certidão referente ao tempo de serviço prestado às Forças Armadas pelo ex-militar, a fim de comprovar os 10 meses e 13 dias averbados.

³ **Decisão nº 7762/2008:**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas integrantes do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24185/07); II – autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à Polícia Militar do Distrito Federal, alertando-a de que deverá adotar as providências listadas a seguir, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) acostar aos autos a certidão de tempo de serviço privado que respalda o acréscimo de 1 ano e 17 dias no tempo de serviço do instituidor da pensão; b) promover os ajustes que se fizerem necessários em decorrência do atendimento da providência indicada no item anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls. _____

Proc. 18126/07

Rubrica

(...)

Art. 42.

§ 2º - Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º."

Lei nº 8.112/90:

"Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no art. 42."

11. Os proventos que vêm sendo pagos aos pensionistas estão, assim, em conformidade com a legislação aplicável.

12. Acompanho, desse modo, as conclusões do Conselheiro Revisor.

Ante o exposto, revendo o posicionamento que manifestei na assentada anterior, **voto** por que o Tribunal:

I – considere:

- a) legal, para fins de registro, o ato de concessão da pensão militar aos filhos do Soldado PM ROLDINEI SILVA MENEZES, visto à fl. 43 e retificado à fl. 118 do Processo nº 054.000.282/2000, apenso;
- b) que a Portaria DIP nº 220, de 05/10/2004, que restabeleceu o pagamento da pensão, guarda conformidade com a decisão judicial proferida no MS nº 2004.01.1.034555-3, impetrado pelos pensionistas, já transitada em julgado;

II – autorize:

- a) a devolução dos autos apensos à origem;
- b) o arquivamento deste processo.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2009

Marli Vinhadeli
Conselheira